

DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

*(Plano de Amortização
Déficit Atuarial/2019)*

MUNDO NOVO - MS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.....	3
2. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.....	4
3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS 3 ANOS E O ANO CORRENTE	5
3.1 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Executivo</i>	6
3.2 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo</i>	9
4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS	12
4.1 - <i>Receita Corrente Líquida - RCL</i>	12
4.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Executivo</i>	13
4.3 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Legislativo</i>	13
5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS	14
5.1 <i>Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas</i>	14
6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL, AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE - PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS	17
6.1 - <i>Projeção das Receita e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos</i>	19
7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF	22
7.1 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo</i>	22
7.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo</i>	23
7.3 - <i>Viabilidade Financeira e Orçamentária - 26 anos</i>	23

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.

A Reavaliação Atuarial de 2019 do FPSS MUNDO NOVO, demonstrou um Déficit Atuarial de R\$ 64.817.481,26, considerando a compensação Previdenciária.

O artigo 18 da Portaria, estabelece que a Reavaliação Atuarial deverá apresentar plano de amortização para o equacionamento do Déficit Atuarial. Conforme o artigo 19, o plano de amortização somente será **considerado implementado, a partir do seu estabelecimento em lei.**

O artigo 19, § 2º, estabelece que o Plano de Amortização deverá ser acompanhada de **demonstração da viabilidade orçamentária e financeira**, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º. A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

No intuito de atender a legislação, realizamos um Estudo de Viabilidade orçamentária do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019.

2. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019

Para financiamento do Déficit, a página 61 da Reavaliação Atuarial/2019, propôs o seguinte plano de amortização.

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		64.817.481,26					
1	2019	67.553.139,53	(2.735.658,27)	3.823.762,61	1.088.104,35	7,66%	14.205.017,58
2	2020	70.365.640,98	(2.812.501,45)	3.982.960,81	1.170.459,36	8,11%	14.432.297,86
3	2021	73.241.554,99	(2.875.914,01)	4.145.748,40	1.269.834,39	8,66%	14.663.214,63
4	2022	76.110.570,49	(2.869.015,50)	4.308.145,50	1.439.130,00	9,66%	14.897.826,06
5	2023	78.886.653,84	(2.776.083,35)	4.465.282,29	1.689.198,95	11,16%	15.136.191,28
6	2024	81.474.631,92	(2.587.978,08)	4.611.771,62	2.023.793,54	13,16%	15.378.370,34
7	2025	83.819.203,58	(2.344.571,65)	4.744.483,22	2.399.911,57	15,36%	15.624.424,26
8	2026	85.843.075,03	(2.023.871,45)	4.859.041,98	2.835.170,53	17,86%	15.874.415,05
9	2027	87.427.410,98	(1.584.335,95)	4.948.721,38	3.364.385,43	20,86%	16.128.405,69
10	2028	88.493.918,38	(1.066.507,40)	5.009.089,72	3.942.582,32	24,06%	16.386.460,18
11	2029	88.939.885,35	(445.966,97)	5.034.333,13	4.588.366,16	27,56%	16.648.643,55
12	2030	88.617.594,72	322.290,63	5.016.090,27	5.338.380,89	31,56%	16.915.021,84
13	2031	87.420.322,04	1.197.272,69	4.948.320,12	6.145.592,80	35,76%	17.185.662,19
14	2032	85.214.111,55	2.206.210,48	4.823.440,28	7.029.650,76	40,26%	17.460.632,79
15	2033	81.816.085,41	3.398.026,14	4.631.099,17	8.029.125,32	45,26%	17.740.002,91
16	2034	77.065.424,23	4.750.661,18	4.362.193,82	9.112.855,00	50,56%	18.023.842,96
17	2035	71.875.169,37	5.190.254,87	4.068.405,81	9.258.660,68	50,56%	18.312.224,45
18	2036	66.216.472,32	5.658.697,04	3.748.102,21	9.406.799,25	50,56%	18.605.220,04
19	2037	60.058.714,14	6.157.758,18	3.399.549,86	9.557.308,04	50,56%	18.902.903,56
20	2038	53.369.398,52	6.689.315,62	3.020.909,35	9.710.224,97	50,56%	19.205.350,02
21	2039	46.114.038,55	7.255.359,97	2.610.228,60	9.865.588,57	50,56%	19.512.635,62
22	2040	38.256.036,60	7.858.001,95	2.165.436,03	10.023.437,98	50,56%	19.824.837,79
23	2041	29.756.557,02	8.499.479,58	1.684.333,42	10.183.812,99	50,56%	20.142.035,19
24	2042	20.574.391,21	9.182.165,82	1.164.588,18	10.346.754,00	50,56%	20.464.307,75
25	2043	10.665.814,49	9.908.576,72	603.725,35	10.512.302,06	50,56%	20.791.736,68
26	2044	(15.565,47)	10.681.379,96	(881,06)	10.680.498,90	50,56%	21.124.404,46
27	2045	-	-	-	-	-	-
28	2046	-	-	-	-	-	-
29	2047	-	-	-	-	-	-
30	2048	-	-	-	-	-	-
31	2049	-	-	-	-	-	-
32	2050	-	-	-	-	-	-
33	2051	-	-	-	-	-	-
34	2052	-	-	-	-	-	-
35	2053	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

FONTE: Reavaliação Atuarial/2019 – FPSS MUNDO NOVC

3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS 3 ANOS E O ANO CORRENTE

Para averiguação do impacto do Plano de Amortização sobre as contas públicas do Ente Municipal foi solicitado junto ao setor contábil do município, os três últimos Relatórios de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos Poderes e Órgãos vinculados ao RPPS, mais o relatório do exercício atual.

Com um histórico dos últimos três anos, será possível projetarmos as Receitas Correntes Líquidas e as Despesas de Pessoal e constatar se o Ente Público, discriminado entre seus Poderes e Órgãos serão capazes de suportar o plano de amortização, respeitando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Executivo

MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.247.427,79	0,00
Pessoal Ativo	26.233.875,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.013.552,17	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.562.862,78	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.684.565,01	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.201.102,61	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	26.684.565,01	49,23%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.268.595,41	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.805.165,64	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	26.341.735,87	48,60%

MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.409.607,92	0,00
Pessoal Ativo	26.822.129,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.587.478,57	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.952.453,50	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.457.154,42	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.358.120,83	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	27.549.457,29	52,62%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.273.385,25	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.859.715,99	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	25.446.046,72	48,60%

MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2018

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	32.263.651,56	0,00
Pessoal Ativo	28.076.540,64	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.187.110,92	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.238.671,65	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.238.671,65	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	29.024.979,91	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.576.515,74	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	29.024.979,92	56,28%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.851.318,50	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.458.752,57	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	25.066.186,65	48,60%

3.2 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo

MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.806.403,67	0,00
Pessoal Ativo	1.806.403,67	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.806.403,67	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.201.102,61	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.806.403,67	3,33%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.252.066,16	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.089.462,85	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.926.859,54	5,40%

MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.910.051,17	0,00
Pessoal Ativo	1.910.051,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.910.051,17	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.358.120,83	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.910.051,17	3,65%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.141.487,25	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.984.412,89	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.827.338,52	5,40%

MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2018

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.933.809,07	0,00
Pessoal Ativo	1.933.809,07	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.933.809,07	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.576.515,74	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.933.809,07	3,75%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.094.590,94	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.939.861,40	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.785.131,85	5,40%

4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS

PODER EXECUTIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	26.684.565,01	54.201.102,61	49,23%
2017	27.549.457,29	52.358.120,83	52,62%
2018	29.024.979,92	51.576.515,74	56,28%

PODER LEGISLATIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF (Poder Legislativo)			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	1.806.403,67	54.201.102,61	3,33%
2017	1.910.051,17	52.358.120,83	3,65%
2018	1.933.809,07	51.576.515,74	3,75%

4.1 – Receita Corrente Líquida – RCL

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente diminuiu -R\$ 2.624.586,87, equivalente a -4,84%.

De um ano para o outro, entre 2018 a 2017, essa mesma receita diminuiu -R\$ 781.605,09, equivalente a -1,49%.

4.2 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Executivo

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 2.340.414,91, equivalente a 8,77%.

De um ano para o outro, entre 2018 a 2017, essa mesma despesa cresceu R\$ 1.475.522,63, equivalente a 5,36%.

4.3 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Legislativo

De acordo com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 127.405,40, equivalente a 7,05%.

De um ano para o outro, entre 2017 a 2016, essa mesma despesa cresceu R\$ 23.757,90, equivalente a 1,24%.

5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

Para verificarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de amortização do Déficit Atuarial/2019, apresentaremos uma estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício atual e nos dois anos subsequentes, conforme exige o inciso I, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

5.1 – Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas

O artigo 12 da Lei Complementar 101/2000, também menciona a necessidade de demonstrar a metodologia de cálculo e as premissas utilizadas para a projeção.

O artigo 12 da LRF, menciona que as previsões de receita, deverão observar normas técnicas e legais, considerando as alterações na legislação, variação do índice de preços (nesse caso INPC, IPCA, IGP - M ou qualquer outro índice inflacionário), o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Para projetarmos o crescimento da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 utilizaremos o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, por ser o índice oficial do Governo Federal, para mensurar o crescimento da Inflação e por ser utilizado pelo Regime Próprio de Previdência Social de MUNDO NOVO - MS, para compor a Meta Atuarial. Além do mais, o artigo 12 da LRF menciona apenas índice inflacionário, não mencionando qual deverá ser utilizado.

Conforme o Boletim Focus, elaborado e emitido pelo Banco Central, com data de 03/05/2019, a projeção para o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo é de:

Projeção do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo	
ANO	IPCA (%)
2019	3,89%
2020	4,00%
2021	3,75%
2022	3,75%

Assim, para a Projeção das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e DESPESAS TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo e Legislativo, em 2019, 2020, 2021 e 2022, consideraremos a média de crescimento da Despesa e Receita dos últimos três anos, anteriores ao ano projetado, somado ao desvio padrão do mesmo período. O valor encontrado da DTP e RCL para 2019, 2020, 2021 e 2022, será acrescido do índice inflacionário projetado pelo Banco Central.

Dessa forma, a projeção das Receitas e despesas serão:

1 - PODER EXECUTIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	26.684.565,01	54.201.102,61	49,23%
2017	27.549.457,29	52.358.120,83	52,62%
2018	29.024.979,92	51.576.515,74	56,28%
2019	30.062.036,55	56.162.414,63	53,53%
2020	31.347.133,43	58.051.811,65	54,00%
2021	32.482.049,12	60.790.745,10	53,43%
2022	33.726.900,32	62.936.943,15	53,59%

2 - PODER LEGISLATIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	1.806.403,67	54.201.102,61	3,33%
2017	1.910.051,17	52.358.120,83	3,65%
2018	1.933.809,07	51.576.515,74	3,75%
2019	2.027.070,59	56.162.414,63	3,61%
2020	2.099.584,45	58.051.811,65	3,62%
2021	2.182.130,70	60.790.745,10	3,59%
2022	2.262.281,93	62.936.943,15	3,59%

6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL, AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Para analisarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de amortização do Déficit Atuarial/2019, conforme a legislação citada acima, incluímos o valor anual dos três primeiros anos do pagamento para amortização do Déficit Atuarial, nas DESPESAS TOTAL COM PESSOAL dos Poderes Executivo e Legislativo. Os valores que serão acrescidos são:

Plano de Amortização do Déficit Atuarial – Reavaliação Atuarial/2019

Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	1.088.104,35
2020	1.170.459,36
2021	1.269.834,39

Plano de Amortização do Déficit Atuarial / Separado por Poder

PODER EXECUTIVO	
Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	1.073.639,00
2020	1.154.899,17
2021	1.252.953,10

PODER LEGISLATIVO	
Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	14.465,35
2020	15.560,18
2021	16.881,28

1 - PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes

ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização *	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
2019	30.062.036,55	1.073.639,00	31.135.675,55	56.162.414,63	53,53%	55,44%
2020	31.347.133,43	1.154.899,17	32.502.032,60	58.051.811,65	54,00%	55,99%
2021	32.482.049,12	1.252.953,10	33.735.002,23	60.790.745,10	53,43%	55,49%

* O Custo Suplementar que consta na Reavaliação Atuarial/2019 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

2 - PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes

ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização *	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
2019	2.027.070,59	14.465,35	2.041.535,94	56.162.414,63	3,61%	3,64%
2020	2.099.584,45	15.560,18	2.115.144,63	58.051.811,65	3,62%	3,64%
2021	2.182.130,70	16.881,28	2.199.011,98	60.790.745,10	3,59%	3,62%

* O Custo Suplementar que consta na Reavaliação Atuarial/2019 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

6.1 – Projeção das Receitas e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos

Para analisarmos o impacto de todo o Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019, apresentaremos o impacto sobre a Receita Corrente de Líquida, durante todo o período de amortização do Déficit, nos próximos 26 anos.

O índice utilizado para a Estimativa de crescimento das RECEITAS e DESPESAS a partir de 2022, será o índice utilizado para o ano de 2022.

PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF							
Período	Ano	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização do Poder Executivo	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
		(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
1	2018	30.062.036,55	1.073.639,00	31.135.675,55	56.162.414,63	53,53%	55,44%
2	2019	31.347.133,43	1.154.899,17	32.502.032,60	58.051.811,65	54,00%	55,99%
3	2020	32.482.049,12	1.252.953,10	33.735.002,23	60.790.745,10	53,43%	55,49%
4	2021	33.726.900,32	1.419.998,08	35.146.898,41	62.936.943,15	53,59%	55,84%
5	2022	34.973.088,41	1.666.742,60	36.639.831,01	65.405.782,76	53,47%	56,02%
6	2023	36.284.348,12	1.996.889,06	38.281.237,18	67.804.658,89	53,51%	56,46%
7	2024	37.633.902,34	2.368.006,94	40.001.909,29	70.359.518,39	53,49%	56,85%
8	2025	39.038.599,57	2.797.479,54	41.836.079,11	72.971.452,82	53,50%	57,33%
9	2026	40.493.107,36	3.319.659,01	43.812.766,37	75.698.067,60	53,49%	57,88%
10	2027	42.003.060,83	3.890.169,30	45.893.230,14	78.517.127,98	53,50%	58,45%
11	2028	43.568.677,79	4.527.368,04	48.096.045,83	81.445.668,13	53,49%	59,05%
12	2029	45.192.965,16	5.267.412,02	50.460.377,17	84.481.130,09	53,49%	59,73%
13	2030	46.877.649,55	6.063.892,78	52.941.542,33	87.630.849,63	53,49%	60,41%
14	2031	48.625.213,07	6.936.198,00	55.561.411,07	90.897.431,94	53,49%	61,13%
15	2032	50.437.885,30	7.922.385,46	58.360.270,77	94.286.062,13	53,49%	61,90%
16	2033	52.318.150,56	8.991.707,95	61.309.858,51	97.800.878,85	53,49%	62,69%
17	2034	54.268.500,21	9.135.575,28	63.404.075,49	101.446.791,47	53,49%	62,50%
18	2035	56.291.561,07	9.281.744,48	65.573.305,55	105.228.584,98	53,49%	62,32%
19	2036	58.390.036,66	9.430.252,39	67.820.289,06	109.151.375,76	53,49%	62,13%
20	2037	60.566.741,87	9.581.136,43	70.147.878,31	113.220.394,66	53,49%	61,96%
21	2038	62.824.591,25	9.734.434,62	72.559.025,87	117.441.105,50	53,49%	61,78%
22	2039	65.166.610,61	9.890.185,57	75.056.796,18	121.819.156,87	53,49%	61,61%
23	2040	67.595.937,27	10.048.428,54	77.644.365,81	126.360.417,36	53,49%	61,45%
24	2041	70.115.826,16	10.209.203,40	80.325.029,55	131.070.969,63	53,49%	61,28%
25	2042	72.729.653,19	10.372.550,65	83.102.203,84	135.957.125,44	53,49%	61,12%
26*	2043	75.440.920,32	10.538.511,46	85.979.431,78	141.025.430,67	53,49%	60,97%
27	2044	78.253.259,96	0,00	78.253.259,96	146.282.675,81	53,49%	53,49%
28	2045	81.170.439,99	0,00	81.170.439,99	151.735.904,20	53,49%	53,49%
29	2046	84.196.368,70	0,00	84.196.368,70	157.392.421,88	53,49%	53,49%
30	2047	87.335.100,10	0,00	87.335.100,10	163.259.807,19	53,49%	53,49%
31	2048	90.590.839,34	0,00	90.590.839,34	169.345.921,03	53,49%	53,49%
32	2049	93.967.948,32	0,00	93.967.948,32	175.658.917,29	53,49%	53,49%
33	2050	97.470.951,54	0,00	97.470.951,54	182.207.253,86	53,49%	53,49%
34	2051	101.104.542,17	0,00	101.104.542,17	188.999.703,92	53,49%	53,49%
35	2052	104.873.588,35	0,00	104.873.588,35	196.045.367,72	53,49%	53,49%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019

PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF

Período	Ano	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização do Poder Legislativo	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
		(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
1	2018	2.027.070,59	14.465,35	2.041.535,94	56.162.414,63	3,61%	3,64%
2	2019	2.099.584,45	15.560,18	2.115.144,63	58.051.811,65	3,62%	3,64%
3	2020	2.182.130,70	16.881,28	2.199.011,98	60.790.745,10	3,59%	3,62%
4	2021	2.262.281,93	19.131,91	2.281.413,84	62.936.943,15	3,59%	3,62%
5	2022	2.347.534,69	22.456,35	2.369.991,04	65.405.782,76	3,59%	3,62%
6	2023	2.434.698,70	26.904,48	2.461.603,18	67.804.658,89	3,59%	3,63%
7	2024	2.525.671,25	31.904,62	2.557.575,87	70.359.518,39	3,59%	3,64%
8	2025	2.619.732,40	37.690,99	2.657.423,39	72.971.452,82	3,59%	3,64%
9	2026	2.717.442,75	44.726,42	2.762.169,17	75.698.067,60	3,59%	3,65%
10	2027	2.818.721,85	52.413,02	2.871.134,87	78.517.127,98	3,59%	3,66%
11	2028	2.923.812,36	60.998,12	2.984.810,48	81.445.668,13	3,59%	3,66%
12	2029	3.032.802,35	70.968,88	3.103.771,23	84.481.130,09	3,59%	3,67%
13	2030	3.145.864,29	81.700,02	3.227.564,31	87.630.849,63	3,59%	3,68%
14	2031	3.263.136,55	93.452,76	3.356.589,31	90.897.431,94	3,59%	3,69%
15	2032	3.384.782,79	106.739,86	3.491.522,65	94.286.062,13	3,59%	3,70%
16	2033	3.510.962,74	121.147,05	3.632.109,79	97.800.878,85	3,59%	3,71%
17	2034	3.641.847,06	123.085,40	3.764.932,46	101.446.791,47	3,59%	3,71%
18	2035	3.777.610,30	125.054,77	3.902.665,07	105.228.584,98	3,59%	3,71%
19	2036	3.918.434,76	127.055,64	4.045.490,40	109.151.375,76	3,59%	3,71%
20	2037	4.064.508,90	129.088,53	4.193.597,43	113.220.394,66	3,59%	3,70%
21	2038	4.216.028,53	131.153,95	4.347.182,48	117.441.105,50	3,59%	3,70%
22	2039	4.373.196,60	133.252,41	4.506.449,01	121.819.156,87	3,59%	3,70%
23	2040	4.536.223,70	135.384,45	4.671.608,15	126.360.417,36	3,59%	3,70%
24	2041	4.705.328,23	137.550,60	4.842.878,84	131.070.969,63	3,59%	3,69%
25	2042	4.880.736,77	139.751,41	5.020.488,18	135.957.125,44	3,59%	3,69%
26*	2043	5.062.684,30	141.987,44	5.204.671,74	141.025.430,67	3,59%	3,69%
27	2044	5.251.414,60	0,00	5.251.414,60	146.282.675,81	3,59%	3,59%
28	2045	5.447.180,53	0,00	5.447.180,53	151.735.904,20	3,59%	3,59%
29	2046	5.650.244,35	0,00	5.650.244,35	157.392.421,88	3,59%	3,59%
30	2047	5.860.878,13	0,00	5.860.878,13	163.259.807,19	3,59%	3,59%
31	2048	6.079.364,07	0,00	6.079.364,07	169.345.921,03	3,59%	3,59%
32	2049	6.305.994,87	0,00	6.305.994,87	175.658.917,29	3,59%	3,59%
33	2050	6.541.074,18	0,00	6.541.074,18	182.207.253,86	3,59%	3,59%
34	2051	6.784.916,94	0,00	6.784.916,94	188.999.703,92	3,59%	3,59%
35	2052	7.037.849,84	0,00	7.037.849,84	196.045.367,72	3,59%	3,59%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019

7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF

Baseado nas informações dos últimos 3 anos da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente, projetamos para 2019, uma RCL de R\$ 56.162.414,63. Se o comportamento das Receitas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um redução da RCL de 3,36% em 2020, 4,72% em 2021 e 3,53% em 2022. Assim, a Receita Corrente Líquida do Ente Público será de R\$ 58.051.811,65, R\$ 60.790.745,10 e R\$ 62.936.943,15, respectivamente.

7.1 – Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo

Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo, projetamos para 2019, uma DTP de R\$ 30.062.036,55. Se o comportamento das Despesas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 4,27% em 2020, 3,62% em 2021 e 3,83% em 2022. Assim, a DTP do Poder Executivo será de R\$ 31.347.133,43, R\$ 32.482.049,12 e R\$ 33.726.900,32, respectivamente. Consolidando a DTP com os valores do Custo Suplementar da Reavaliação Atuarial/2019, a Despesa Total com Pessoal será de R\$ 31.135.675,55 em 2019, R\$ 32.502.032,60 em 2020, R\$ 33.735.002,23 em 2021 e R\$ 35.146.898,41 em 2022.

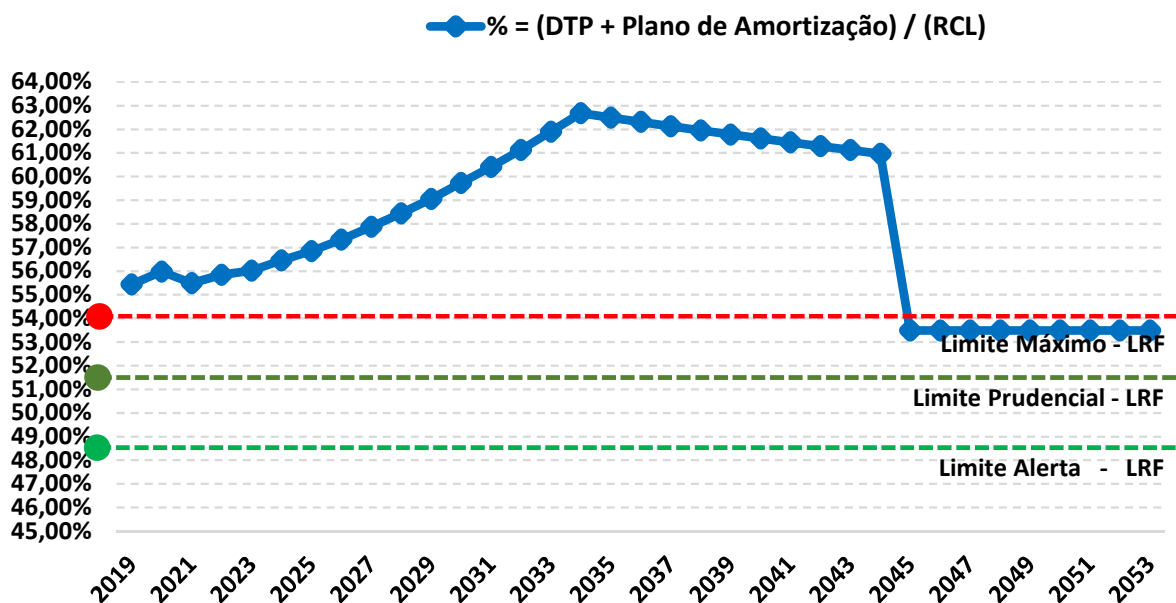
7.2 – Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo

Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Legislativo, projetamos para 2019, uma DTP de R\$ 2.027.070,59. Se o comportamento das Despesas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 3,58% em 2020, 3,93% em 2021 e 3,67% em 2022. Assim, a DTP do Poder Legislativo será de R\$ 2.099.584,45, R\$ 2.182.130,70 e R\$ 2.262.281,93, respectivamente. Consolidando a DTP com os valores do Custo Suplementar da Reavaliação Atuarial/2019, a Despesa Total com Pessoal será de R\$ 2.041.535,94 em 2019, R\$ 2.115.144,63 em 2020, R\$ 2.199.011,98 em 2021 e R\$ 2.281.413,84 em 2022.

7.3 – Viabilidade Financeira e Orçamentária - 26 anos

Limite LRF - Poder Executivo

LIMITE LRF % = (DTP e Plano de Amortização) / (RCL)



Atualmente, o Poder Executivo encontra-se acima do Limite Máximo estabelecido pela LRF (55,44%). Se não considerassemos o plano de amortização do Déficit Atuarial/2019, o percentual da Despesa Total com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida seria de 53,53%, abaixo do Limite Máximo, conforme consta na página 20 deste estudo.

Para o ano de 2020, caso o Poder Executivo não consiga reduzir as Despesas Total com Pessoal, recomendamos que o plano de amortização do Cálculo Atuarial de 2020 seja realizado através de Aporte Financeiro, visando reduzir a pressão da DTP sobre a RCL.

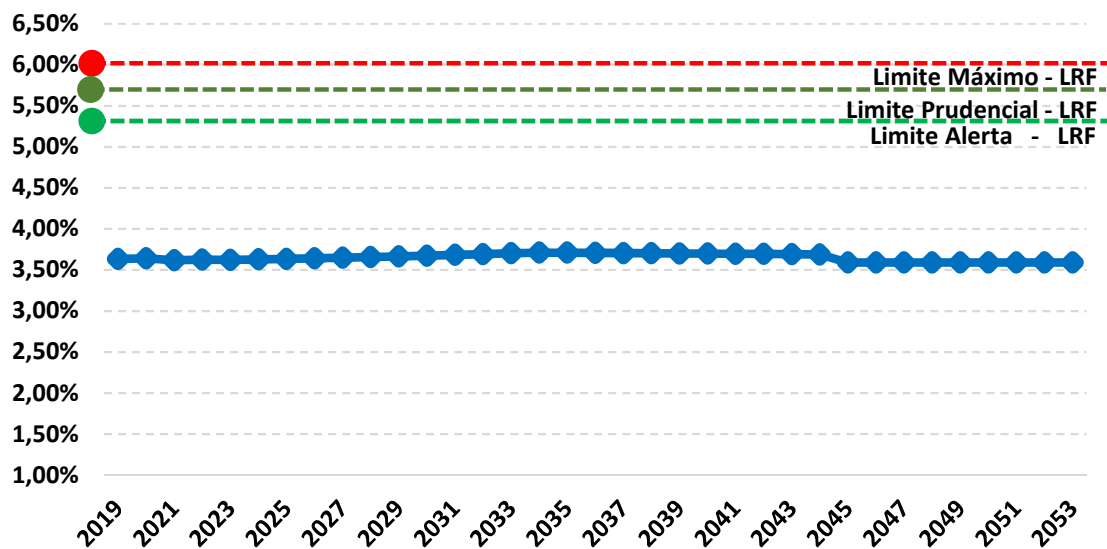
Salientamos que a implementação do plano de amortização através de Aporte Financeiro, não resolverá o problema dos demais limites impostos pela LRF, sendo necessário ajustes nas dotações orçamentárias e financeiras do Ente.

Portanto, o Estudo de **VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** das **RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS** e da **DESPESA TOTAL COM PESSOAL** acrescida do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019, mostra que o Poder Executivo não é capaz de suportar o plano de amortização proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, ultrapassando o Limite Máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o parágrafo único, do art. 20 da Lei Complementar 101/2000.

Limite LRF - Poder Legislativo

LIMITE LRF % = (DTP e Plano de Amortização) / (RCL)

—●— % = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)



Analisando a tabela ao longo dos próximos 26 anos, prazo de finalização do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019, a Receita Corrente Líquida e a Despesa Total com pessoal, acrescida do Plano de Amortização, demonstra que atualmente o Poder Legislativo se encontra abaixo do Limite de Alerta, respeitando o inciso II, do artigo 59, da Lei Complementar nº 101/2000.

Portanto, o Estudo de **VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** das **RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS** e da **DESPESA TOTAL COM PESSOAL** acrescida do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019, mostra que o Poder Legislativo é capaz suportar o plano de amortização proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos

ultrapassar o Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o inciso II, do artigo 59 da Lei Complementar 101/2000.

É o parecer.



Igor França Garcia

Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos credenciado pela CVM